

## DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Disciplinar de Sindicância nº. 12/2021

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde

Servidor: Sinvaldo Francisco dos Santos Aquino

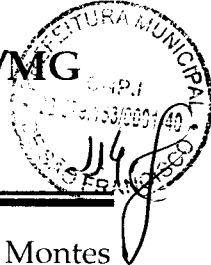
EMENTA: DENÚNCIAS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA. INSUBSISTÊNCIA DE PROVA DE FALTA SUFICIENTE PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADE. ARQUIVAMENTO PARCIAL, ART. 192, II, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 23/2015. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO POR MULTA DE TRÂNSITO SOFRIDA.

### 1. Relatório

Trata-se de Processo Administrativo de Sindicância, instaurado por meio da Portaria/CM nº. 34, de 28 de julho de 2021, por conversão do Processo Administrativo Preliminar nº. 42/2020, que foi instaurado em decorrência de pedidos de providências formalizados pela Secretaria Municipal de Saúde, alegando cometimento de faltas funcionais por parte do servidor Sinvaldo Francisco dos Santos Aquino, na função de motorista, em razão de multa de trânsito por infração código nº. 596-70 - ultrapassar pela contramão linha de divisão de fluxos opostos contínua em 17/01/2020, acidente de trânsito ocorrido na cidade de Belo Horizonte em 18/11/2020 e denuncia de servidora por haver cochilado ao volante, passando à contramão da pista, quando retornava da cidade de Montes Claros no dia 29/03/2020, colocando em risco os passageiros da ambulância.

Iniciada a instrução processual, foi designado interrogatório para o dia 17/08/2021, tendo comparecido o servidor, que se manifestou informando que as multas que lhe foram aplicadas são casos isolados, sendo um dos motoristas que menos levou multas.

  
Joselita Vieira Mendes  
CORREGEDORA MUNICIPAL 1



Quanto ao fato de haver cochilado no retorno da cidade de Montes Claros informou que todo motorista já deu uma “pescada”.

Quanto à multa constante dos autos que se deu enquanto se dirigia à cidade de Montes Claros, informa que em razão da ausência de registro no arquivo do hospital, não se pode saber que era o paciente que foi levado.

Quanto ao acidente ocorrido na cidade Belo Horizonte, afirma ter sido atingido o veículo que conduzia por outro veículo que avançou o sinal, no momento em que levava uma criança, na companhia dos seus genitores até o Hospital Sara, tendo sido necessário os passageiros pegarem um Uber para terminarem de concluir o trajeto, mas que retornaram para este município como o Sindicato, ao passo que a responsável pela outra paciente se recusou a retornar, indo de ônibus.

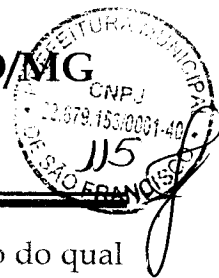
O Sindicato informou que foi impedido de realizar viagens após esse acidente, sendo que o veículo ainda foi utilizado por outros condutores, sem que tivesse sido encaminhado para o conserto. Informou ainda que sempre é solicitado dos motoristas para que realizem serviços administrativos enquanto estão em Montes Claros e Belo Horizonte, o que acaba impedindo o descanso.

Declarou já ter havido lançamento duplo de diária num mesmo dia para o mesmo motorista para a cidade de Montes Claros, que o ponto não é registrado corretamente, bem como da ocorrência de pagamento de plantão, diárias e horas extras para os mesmos condutores.

O servidor apresentou sua defesa prévia, de próprio punho, por ocasião do interrogatório, na qual fez contar que as multas não são pagas pelos motoristas, além de estar transportando paciente, sendo permitido esse tipo de ultrapassagem, desde que não coloque ninguém em risco.

Quanto à ocorrência de cochilo durante a viagem de retorno da cidade de Montes Claros, afirmou que a servidora que formalizou a denúncia se equivocou, pois seria impossível controlar o veículo, caso estivesse em velocidade superior a 80km/h, que ocorreu apenas uma “pescada”, o que aconteceu e acontecerá com qualquer motorista.

Acerca do acidente ocorrido em Belo Horizonte, afirma que é injusto arcar com o prejuízo, tendo em vista que o veículo que causou o acidente possuía



seguro e arcaria com a franquia, não concordando em ser punido por um fato do qual não é culpado.

Arrolou três testemunhas, quais sejam: Valter Gonçalves de Souza, Lilian Nobre de Almeida e José Luiz.

Acostou relatório da viagem realizada no dia 17/01/2020, no qual se verifica que a saída ocorreu às 12h e a chegada às 18h10min, cujo motivo foi buscar o paciente Manoel de Jesus Mendes de Oliveira, que se encontrava de alta, constante o paciente Vinicius Daniel Ferreira dos Reis como paciente (exame), tendo subscrito o relatório pela Enfermeira Plantonista, Flávia Paraíso (f. 63).

Acostou também o relatório da viagem realizada no dia 29/03/2020 à cidade de Montes Claros, com saída às 17h30 e chegada às 00h30min, conduzindo o paciente Manoel Procópio Ferreira o Hospital Santa Casa em transferência, cujo Enfermeiro Plantonista subscrito foi Helder, COREN 24.339, bem como o prontuário de transferência, no qual consta que o paciente se encontrava com dor abdominal intensa devdido à Bexigoma (f. 64/65).

Acostou ainda fotos de livro de pontos da Secretaria Municipal de Saúde, com registro fotográfico em 17 de agosto de 2021, às 10h22 e 10H23min, nos quais se verifica pertencerem aos servidores Mônica da Silva Pereira (assinado até dia 05/08/2021), Paulo Cesar Alves Junior (sem nenhuma assinatura), Walderiz Vieira Leitão (sem nenhuma assinatura), Sinezio Cordeiro de Souza (sem nenhuma assinatura), Caio Sobreira de [...] (sem nenhuma assinatura) e outro o qual não consta o nome (assinado até o dia 11/08/2021 (fls. 66/71).

A Presidente da Comissão Sindicante solicitou da Secretaria Municipal de Saúde que encaminhasse no prazo de 10 (dez) dias, relatório constando os plantões, diárias e jornada extraordinária, pagos aos motorista lotados naquela secretaria, a partir de 2017, tendo sido recebido pela servidora Jaciara, em 17/08/2021 (f. 73).

Designada oitiva de testemunhas para o dia 26/08/2021, foram ouvidas as testemunha arroladas, que assim se manifestaram:

- 1) **Rita de Cássia de Almeida Braga (fls. 77/79):** informou que o acidente ocorrido na cidade de Belo Horizonte foi relatado pela

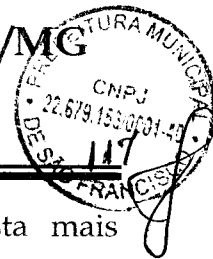
*Joselita Vieira Mendes*  
CORREGEDORA MUNICIPAL



avó da criança que foi conduzida dentre os pacientes, ao reclamar que a mãe da criança não tinha como retornar com o sindicato, tendo sido orientada a formalizar a reclamação por escrito, a fim de viabilizar o fornecimento do auxílio do Tratamento fora do Domicílio - TFD. Não se recorda de haver sido relatado sobre o acidente, tendo sido informado pela outra paciente que foi à viagem de que foi possível retornar ao município com o Sindicato e que apesar de haver dormido em alguns pontos da viagem, a mesma se deu de forma tranquila.

- 2) **Tamires de Matos Rodrigues (fls 80/82):** afirmou que trabalha como técnica de enfermagem e em data da qual não se recorda viajou à cidade de Montes Claros com o Sindicato para conduzir um paciente para uma avaliação com neurologista, não se recordando precisamente o horário, mas relatando que a ida foi tranquila, ao passo que no retorno, após a rotatória, enquanto dormia, sentiu que o veículo estava dando desvios, acordando no momento em que o veículo parecia que ia parar, mas voltava e, em dado momento começou a raspar os pneus no meio fio, tendo "cutucado" o Sindicato para que acordasse. Afirmou que ao chegar na entrada desta cidade o fato ocorreu novamente, tendo o veículo subido um pouco no canteiro central da via e após essa viagem não teve mais contato com o Sindicato.
- 3) **José Luiz de Queiroz (fls. 83/85):** informou nunca ter ouvido reclamações do Sindicato, que conhece há mais de 10 (dez) anos, sendo muito cuidadoso e diligente. Afirmou sempre realizar serviços administrativos e entregas na cidade de Montes Claros. Afirmou que dormir ao volante é coisa que acontecesse, em razão da sobrecarga e das viagens longas. Afirmou ter conhecimento de substituições de motoristas para realização de plantões extras, não

Joselita Vieira Mendes  
CORREGEDORA MUNICIPAL



sabendo informar se era para benefícios dos motorista mais próximos à chefia.

- 4) **Lilian Nobre de Almeida (fls. 86/88):** declarou ter viajado diversas vezes com o Sindicato para acompanhar seu pai em tratamento de hemodiálise na cidade de Brasília de Minas, não tendo ocorrido em nenhuma das vezes algo que chamasse atenção, não tendo ouvido qualquer reclamação em desfavor do Sindicato, nem presenciou situações de cochilo, posto que sempre viaja durante o dia. Afirmou que o Sindicato é bom motorista e passa segurança ao paciente, é pontual e ajuda retirar seu pai do carro, ao passo que já viajou com outros motoristas que corriam muito, levando-a a chorar, como o caso ocorrido com o motorista Enos, que dirigia a 150 km/h, do qual já ouviu várias reclamações tocantes à sua forma de condução, por excesso de velocidade, ultrapassagens perigosas e em quebra-molas, deixando os pacientes com medo. Relatou a ocorrência do motorista Jonas que foi encaminhado para conduzir seu pai à cidade de Brasília de Minas, saindo às 05h da manhã, sendo que ele informou ter chegado de Belo Horizonte naquela noite, bem como em relação ao motorista Sinézio, que no dia 18/08, quando já se encontrava na fábrica de cimento, retornando para esta cidade, lembrou que havia deixado dois pacientes em Montes Claros, retornando para busca-los.

A Presidente da Comissão Processante solicitou da Coordenadora do TFD, as cópias de documentação referente ao ressarcimento da despesa de viagem de retorno da cidade de Belo Horizonte, no dia 18/11/2020. (f. 89) e encaminhou ofício à Secretaria Municipal de Saúde, reiterando o pedido encaminhado por meio do Memorando/CM 21/2021, solicitando os registros do Setor de Regulação do Hospital Municipal, referentes à transferência de paciente ocorrida no dia 17/01/2021 (f. 91).



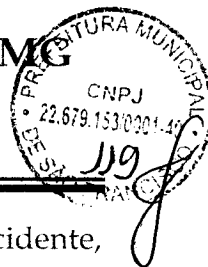
Designada a data de 02/09/2021, para oitiva da testemunhas faltante, assim se manifestou:

**Ana Socorro da Luz Neves (fls. 94/96):** declarou ter viajado à cidade de Belo Horizonte com o Sindicato, saindo à noite, tendo sido tranquila a viagem, observando apenas o carro balançar na chegada, acreditando ter sido em razão da chuva. Não soube informar sobre o acidente ocorrido, porque já havia sido deixada no hospital pelo Sindicato, que não demorou para busca-la e quando chegou, o carro estava amassado na frente e com o farol danificado, que, no entanto ascendeu ao chegar na cidade. Afirmou não ter viajado mais com o Sindicato após a ocorrência, mas que nunca ouviu relatos em seu desfavor.

Reiterou-se o ofício à Secretaria de Saúde, solicitando o relatório de plantões, diárias e jornadas extraordinárias, recebido em 02/09/2021 (f. 99).

Designado o dia 08/09/2021, para oitivas das testemunhas complementares arroladas pela Comissão Sindicante, assim se manifestaram:

- 1) **Jonas Bispo dos Santos (f. 101/109):** informou que a escala de serviço é normal e depende da necessidade do paciente as saídas de madrugada em horários alternados, ficando sob a responsabilidade de Daniel e ano passado era Euler. Informa que os servidores que trabalham na secretaria fazem jus a plantão aos sábados, para atendimento à hemodiálise, aos finais de semana e feriados. Acerca do Sindicato informa que os pacientes dizem ser uma pessoa sincera e verdadeira, mas a sua forma de falar causa estranheza, mas afirmou que o Sindicato é uma pessoa solícita. Esclarece quanto à assinatura do livro de ponto, que é assinado na saída, mas fica difícil na chegada, porque a secretaria está fechada. Informou ter conhecimento de servidores que receberam horas



extras, plantão e diárias. Quanto ao veículo envolvido no acidente, informou que após o retorno ainda se encontrava em condições de uso, tendo inclusive ido a Montes Claros nele, pois foram danificados somente o para-choque e o capô.

- 2) **Dhjonatan Daniel Cândido de Almeida (fls. 104/106):** declarou que ocupa o cargo de Controlador de Frotas da secretaria e é o responsável pelas escalas, tendo controle sobre o horário de saída, mas não sobre o horário de chegada. Afirmou que o Sindicato executa com perfeição as demandas, não tendo apresentados problemas com ele. Quanto às viagens do TFD, são controladas por Celia Regina, diretamente da secretaria. Já ouviu alguns pacientes de recusarem a viajar com o Sindicato, não sabendo a razão. Esclareceu que os motoristas fazem serviços administrativos, mas que estão batalhando para conseguir uma técnica para fazer o serviço.

Encerra a instrução, não foram respondidos os ofícios encaminhados pela Presidente da Comissão Sindicante de fls. 89, 91 e 99 dos autos.

Elaborado o relatório final, a Comissão Processante à análise das provas constantes dos autos, decidiu pelo arquivamento do feito, em razão do servidor não haver cometido as faltas constantes do art. 154, I, IV, VII, XIII e 155, XII e XX, com a aplicação do disposto no art. 192, II, todos da Lei Complementar nº. 23/2015.

É o relatório.

## **2. Fundamentação**

As condutas imputadas ao servidor nestes autos encontram-se previstas na Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015:

Art. 154. São deveres do servidor:

  
**Joselita Vieira Mendes**  
CORREGEDORA MUNICIPAL



I - observar as leis e regulamentos;

[...]

IV - desempenhar com zelo e presteza as atribuições do cargo ou função, bem como:

[...]

VII - zelar pela economia do material sob sua guarda ou utilização e pela conservação de equipamentos utilizados em seu trabalho;

[...]

Art. 155. É proibido ao servidor:

XII - deixar de observar a lei, em prejuízo alheio ou da administração municipal;

[...]

XX - proceder de forma desidiosa.

As condutas imputadas ao servidor são tocantes à inobservância da legislação vigente e à falta de zelo com a utilização de bem público e desídia no desempenho das funções.

O que se apurou das provas acostadas e dos depoimentos colhidos, demonstra que no tocante ao acidente ocorrido na cidade de Belo Horizonte, no dia 18/11/2020, não restou demonstrada a culpabilidade do servidor, tendo em vista que não foram acostados quaisquer instrumentos probatórios que pudessem comprovar que tenha sido por ação ou omissão de sua parte a causa do abalroamento ocorrido com o veículo constante dos autos (fls. 27/30).

Quanto à denúncia de que o servidor tenha cochilado durante a viagem de retorno da cidade de Montes Claros no dia 29/03/2020, analisadas as condições e horário em que se deu a ocorrência, observados os relatos das testemunhas quanto ao comprometimento do servidor no desempenho da sua função, não se vislumbra imperícia ou desídia, que acarrete aplicação de penalidade.

A multa que foi aplicada durante a viagem do servidor à cidade de Montes Claros, no dia 17/01/2020, às 13h49min, descrita como "ultrapassagem pela contramão linha de divisão de fluxos opostos contínua", necessita verificar o que consta do Código de Trânsito Brasileiro:

Art. 203: Ultrapassar pela contramão outro veículo:

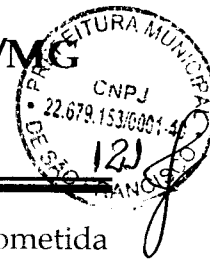
[...]

V - onde houver marcação viária longitudinal de divisão de fluxos opostos do tipo linha dupla contínua ou simples contínua amarela:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (cinco vezes).





A legislação de trânsito elencada determina que a infração cometida pelo servidor enquadra-se como gravíssima, deduzindo 07 (sete) pontos na carteira de habilitação, no valor de R\$ 1.467,35 (mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

O município de São Francisco possui decreto nº. 20/2021 que regulamenta o uso de veículos da frota municipal e a responsabilização dos condutores, no qual determina:

**Art. 13.** O acidente com veículo oficial acarretará ao servidor, se evidenciada sua responsabilidade, cominação civil, administrativa e, se for o caso, penal.

**Parágrafo único.** A responsabilidade civil do servidor decorrente de comportamento revestido de culpa ou dolo, do qual advenha prejuízo à Fazenda Municipal ou a terceiros, implica na sua obrigação de reparar o dano, inclusive no que se refere ao valor da franquia.

**Art. 14.** É de responsabilidade do motorista ou condutor do veículo que der causa à multa por infração à Legislação de Trânsito, o reembolso de seu valor ao Município, descontado em seus vencimentos mensais.

[...]

**Art. 18.** Não sendo autorizado pelo motorista o desconto em folha de pagamento, serão tomadas as providências legais necessárias ao reembolso do valor aos cofres públicos.

**Parágrafo único.** Ficam dispensados de ressarcimentos os valores decorrentes de multas, cuja tipificação seja atribuível ao interesse da Administração, em especial:

I - irregularidade no licenciamento anual;

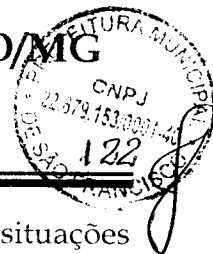
II - ausência ou defeito em sistema ou equipamento de uso obrigatório;

III - o fato gerador da infração seja amparado pelo interesse precipuo da administração;

IV - outra situação em que não houver comprovação da culpa ou dolo por parte do servidor.

Observado o que determina o decreto mencionado e o que consta do relatório de viagem acostado pelo próprio servidor à f. 63 dos autos, não restou demonstrada a emergência alegada pelo servidor que pudesse comprovar o que dispõem os incisos III e IV, posto que o motivo da viagem foi buscar paciente que se encontravam em alta hospitalar, o que não justificaria exacerbada pressa.

Verifica-se dos autos ainda, à f. 50, que houve notificação preliminar ao servidor, subscrita pelo Superintendente do hospital municipal, na qual foi cientificado ao servidor da necessidade de primar pelo zelo com o patrimônio público, pela urbanidade no tratamento de todos, bem como da proibição da ofensa à dignidade ou decoro de colega ou particular.



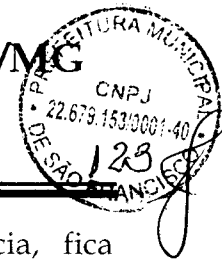
O expediente encaminhado, no entanto, não demonstrou situações específicas que pudessem ser apurados nesse procedimento, mas do que se observou em parte dos depoimentos é de que há comprometimento no desempenho das atividades e sinceridade na postura do sindicato, havendo falha na sua forma de abordagem, o que necessita ser observado, devendo o servidor primar pelo tratamento respeitoso tanto com os colegas como com os usuários do sistema, a fim de evitar incorrer em situações que possam culminar em aplicação de penalidade por tais práticas.

As situações apontadas pelo Sindicato, no tocando ao pagamento de diárias, plantões e jornadas extraordinárias aos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde, apesar de oportunizado por duas vezes o encaminhamento das informações para esclarecimento, não foi feito, o que resultará na instauração de procedimento específico para apuração.

### **3. Conclusão**

Desta forma, não restando demonstrada a culpa ou dolo do servidor na condução do veículo Fiat Argo, placa QWR-1060, pertencente à frota municipal, em viagem à cidade de Belo Horizonte para conduzir pacientes deste município, no dia 18/11/2020, não se pode aplicar penalidade em seu desfavor e, conseqüentemente exigir-se a responsabilização pelo ressarcimento do dano causado ao veículo mencionado. Quanto à ocorrência do servidor haver cochilado durante a viagem de retorno da cidade de Montes Claros no dia 29/03/2020, também não se vislumbrou gravidade na conduta que pudesse culminar na aplicação de penalidade, ficando, portanto, decidido pelo **ARQUIVAMENTO do procedimento em desfavor do servidor SINVALDO FRNACISCO DOS SANTOS AQUINO, efetivo no cargo de motorista, no tocante às mencionadas imputações, nos termos do art. 192, II, da Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015.**

Discordando do relatório final, acerca da multa aplicada ao Sindicato, durante a viagem à cidade de Montes Claros, no dia 17/01/2020, às 13h49min, quando conduzia o veículo Fiat Fiorino, placa QQF-8530, pela prática de infração de trânsito de natureza gravíssima (596-70), sem que houvesse qualquer circunstância abonadora



em seu favor, visto que a razão da viagem não compreendia urgência, fica determinada a responsabilidade do servidor pelo RESSARCIMENTO ao erário municipal, do valor pago pela multa constante de f. 08 dos autos, mediante desconto em folha de pagamentos, nos termos do art. 14, do decreto municipal nº. 27/2021, cujo valor poderá ser dividido, observado o vencimento básico do servidor (Anexo II, da Lei nº. 3.037/2016), em parcelas de valor mínimo de R\$ 100,00 (cem) reais, descontados em folha de pagamentos do servidor.

**PUBLIQUE-SE o resumo da presente decisão no mural, bem como, INTIME-SE** o servidor da presente decisão, devendo ser cientificado para o fiel cumprimento ao que determinam os artigos 154 e 155 da Lei Complementar nº. 23/2015, especialmente no tocante ao relacionamento interpessoal, por meio da moderação no tratamento com os superiores, colegas e usuários, bem como pelo zelo na utilização dos veículos municipais.

Oficie-se ao Setor de Contabilidade/Tesouraria para que informe o valor que foi pago pela multa constante de f. 08.

Intime-se à Secretaria Municipal de Saúde, com cópia da presente decisão.

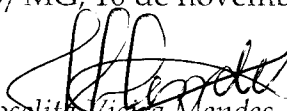
Instaure-se procedimento preliminar para apuração da regularidade nos pagamentos de diárias, plantões e horas extraordinárias aos motoristas lotados na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do ano de 2017, tendo em vista que não foi atendido o pleito nestes autos.

Após informado o valor da multa paga pelo Setor de Tesouraria, havendo ou não a manifestação do servidor, no prazo recursal, deverá ser notificado ao departamento de Recursos Humanos para que promova os descontos do valor em parcelas mensais nos vencimentos do servidor.

**Após transcorridos os prazos legais, ao arquivo.**

**PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE. OFICE-SE. CUMpra-SE.**

São Francisco/MG, 10 de novembro de 2021.

  
Joselita Vieira Mendes  
Corregedora Municipal

<b>TERMO DE PUBLICAÇÃO</b> Publicado (a) por afixação no mural do átrio desta prefeitura, nos termos do art. 76, § 1º, da Lei Orgânica Municipal. São Francisco/MG. 10/11/21
--